

## ESPECIFICIDADES DAS PERIFERIAS NAS METRÓPOLES DE CURITIBA E BELÉM

Luiz Felipe Élicker  
Universidade Federal do Paraná  
luuizelicker@gmail.com

Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski  
Universidade Federal do Paraná  
olgafirk@gmail.com

### RESUMO:

Este trabalho tem por objetivo compreender os distintos processos de periferização nas metrópoles de Curitiba e Belém. Para isso, utiliza de pesquisa bibliográfica, análise de dados oficiais e do método da comparação para assimilar semelhanças e distanciamentos dos objetos de estudo. Admite-se que o processo de ocupação do território, considerando fatores naturais e sociais, produzem espacialidades distintas, que são sintetizados por conceitos comuns, como o de centro e de periferia. Dessa forma, esses conceitos são retomados em sua pluralidade e no relacionamento enquanto Brasil/colônia portuguesa, convergindo na materialidade encontrada nas periferias dos dias de hoje, ora localizadas em áreas de ocupação consolidadas, ora em áreas de expansão do tecido urbano, e que podem ser compreendidas através dos aglomerados subnormais.

Palavras-chave: periferias, metrópole, Belém-Curitiba.

GT – 2: Metrópole, metropolização e dinâmica espacial contemporânea.

## 1 INTRODUÇÃO

O texto tem por objetivo apresentar conclusões preliminares de projeto mais amplo em desenvolvimento, motivado pela necessidade de compreender o conteúdo das metrópoles brasileiras e suas especificidades num país com as dimensões do Brasil, onde os contextos natural e social são diversos e produzem espacialidades distintas, embora sintetizadas a partir dos mesmos conceitos. Esse parece ser o caso dos conceitos de metrópole, de centro e de periferia, aqui tratados no âmbito das metrópoles de Curitiba e Belém.

Entende-se que, no interior do processo de metropolização em Belém e em Curitiba, emerge um conteúdo muito diverso e particular aos conceitos de centro e periferia, devido ao processo de colonização e da dimensão física do território, mas que possui raiz comum marcada por uma significativa desigualdade da ocupação da terra. Então, torna-se adequado a comparação no âmbito da pesquisa urbana, afim de produzir sínteses analíticas para assimilar semelhanças e diferenças da materialidade metropolitana, em face dos condicionantes locais/regionais e históricos/naturais.

A perspectiva comparada aqui adotada não é mecânica ou reducionista, mas considera o apontado por Sposito (2016), para quem a comparação pode se dar a partir da combinação de cinco elementos, sendo eles 1) extensão, 2) analogia, 3) causalidade, 4) conexidade e 5) atividade, que a ela está presente, tanto em análise de todo um conjunto ou de certos elementos selecionados, como é o caso, limitando-se à discussão de periferia. Assim, segundo a autora, é possível reconhecer semelhanças e diferenças sobre o objeto. Por se tratar de um recorte que é bem delimitado, como sugere ser, o estudo se debruça principalmente sob os elementos de analogia e de causalidade, visto a particularidade que cada periferia carrega em seu nome e em sua história.

Também, tal como anuncia Sposito (2016), como a comparação necessariamente tem apreço pelo empirismo, não operando somente através da abstração, mas também por meio de dados da realidade, estes são capturados no presente trabalho, através de pesquisa bibliográfica, fontes oficiais de dados nacionais e por meio de visita a campo, explicitados posteriormente, no decorrer do texto.

O desenvolvimento da pesquisa consistiu, inicialmente, na compilação de informações e de materiais bibliográficos que pudessem caracterizar as distintas periferias nas metrópoles em análise, em especial por meio da produção dos Núcleos Belém e Curitiba do Observatório das Metrópoles. Posteriormente, através destes, foi delimitado o caminho a ser percorrido para

compreensão da materialidade de *suas periferias*, por meio de análise temporal e espacial de sua formação.

Para fazê-lo, além da introdução e das considerações finais, o presente texto está dividido em quatro partes, a saber: (I) a relação centro e periferia na compreensão das metrópoles brasileiras, onde discute-se escalas importantes para a origem dos termos; (II) o processo de periferização em Curitiba e (III) o modo de vida ribeirinho e a produção das periferias em Belém, onde busca-se retomar o processo de ocupação do território de cada metrópole e o avanço da mancha urbana no aglomerado metropolitano. Em continuidade, (III) o aglomerado subnormal como aproximação ao entendimento das periferias, apresenta um conjunto de dados capazes de caracterizar a tipologia e o morador desses locais. Nas considerações finais, discute-se resultados preliminares do projeto supracitado e indica-se possíveis caminhos de desenvolvimento da pesquisa.

## 2 A RELAÇÃO CENTRO E PERIFERIA NA COMPREENSÃO DAS METRÓPOLES BRASILEIRAS

Compreender o processo de periferização nas duas metrópoles analisadas é pensar nos diversos condicionantes locais/regionais e históricos/naturais que as distinguem, de modo a que se compreenda o conteúdo atribuído a tais termos em face dos contextos específicos de cada uma. Assim, duas escalas importantes podem ser distinguidas desde a origem desses termos, a que diz respeito as relações coloniais entre Brasil e Portugal e a que diz respeito a relação entre áreas centrais e periféricas das metrópoles.

A compreensão do urbano/metropolitano demanda o entendimento dos termos atuais de centro e periferia e de seu metamorfismo com a história, visto que o fenômeno da expansão territorial urbana não é recente e está associado ao processo de suburbanização. O aumento da concentração demográfica após a Primeira Revolução Industrial foi concomitante ao processo de extensão urbana e de suburbanização, o que levou a uma estruturação urbana apoiada num esquema de centro-periferia desde o século XIX (SPOSITO, 2004).

Sposito (2004, p. 119) afirma que os conceitos de centro e periferia são múltiplos. Isso acontece justamente, dentre outras formas, pela multiplicidade de aplicação que esses conceitos permitem e pela própria evolução, graças ao desenvolvimento de novos meios de transporte e de comunicação, para uma cidade esparsa e descontínua. Entretanto, devido à estruturação urbana ser

complexa, alerta a autora, sintetizar as relações nesses dois subconjuntos pode ser insuficiente para a compreensão.

Para Sposito (2004, p. 120), a constituição do centro acontece

por meio de um processo de concentração de atividades de comercialização de bens e serviços, de gestão pública e privada, de lazer e de valores materiais e simbólicos em uma área da cidade. Embora essa dinâmica possa ser reconhecida, desde as cidades antigas, é por meio do desenvolvimento capitalista que ela se acentua (...) (SPOSITO, 2004, p. 120).

A concentração de atividades foi influenciada, segundo a mesma autora, pelas ferrovias e a localização de seus terminais na cidade após a Primeira Revolução Industrial, estruturando o transporte intra-urbano e dando a essas áreas, grande acessibilidade.

A autora ainda compartilha da visão de Reynaud (1993, p. 619-623) sobre a periferia, que afirma se definir negativamente por comparação ao centro. Não se opo de forma absoluta, mas que devem ser compreendidos como noções relativas, considerando a variável temporal em sua análise. “O tamanho da cidade determina a distância da periferia ao centro e, ao mesmo tempo, seu grau maior ou menor de homogeneidade e extensão” (SPOSITO, 2004, p. 120). Sua formação, por sua vez, ocorre através de diferentes fatores.

Ao direcionar a análise especificamente para a periferia nas cidades brasileiras, como é o caso do presente trabalho, Sposito (2004) dialoga com Santos (1981, p. 187-202) buscando definir a periferia além do ponto de vista morfológico, mas também pelo seu grau de coesão ou participação na estruturação urbana. Isso acontece porque “a acessibilidade aos diferentes serviços, mais concentrados na área central, varia em função das rendas de cada grupo social, gerando ‘cidades justapostas’, mal vinculadas entre si, dentro da própria cidade”.

Nessa perspectiva, Kowarick (2000, p. 43) reforça a necessidade de se tratar as periferias no plural, devido a suas peculiaridades. Isso ocorre, de acordo com o autor, pois

são milhares de Vilas e Jardins. Também porque são muito desiguais. Algumas mais consolidadas do ponto de vista urbanístico; outras verdadeiros acampamentos destituídos de benfeitorias básicas. Mas, no geral, com graves problemas de saneamento, transporte, serviços médicos e escolares, em zonas onde predominam casas autoconstruídas, favelas ou o aluguel de um cubículo situado no fundo de um terreno em que se dividem as instalações sanitárias com outros moradores: é o cortiço da periferia. Zonas que abrigam população pobre, onde se gastam várias horas por dia no percurso entre a casa e o trabalho. Lá impera a violência. Dos bandidos, da polícia, quando não dos “justiceiros”. Lá é por excelência o mundo da subcidadania (KOWARICK, 2000, p. 43).

Essa descrição de Kowarick (2000), evidencia as características próprias da periferia que foi sua referência de estudo, as grandes metrópoles brasileiras, em especial São Paulo. Contudo, indagamo-nos acerca de como se materializam as periferias em outras metrópoles brasileiras, que não possuem a complexidade e o tamanho da metrópole paulista, em especial os condicionantes próprios de sua constituição.

Inicialmente, tendo em vista as metrópoles analisadas, pareceu-nos importante compreender o sentido atribuído aos termos centro e periferia ao longo da história. Para fazê-lo, apoiamo-nos em Russel-Wood (1998, p. 2), que trata da relação centro-periferia entre Brasil e Portugal, e defende que “aquilo que se constitui como um ‘centro’ e uma ‘periferia’ é algo subjetivo, dependendo da perspectiva daquele que realiza tal aferição”. O Brasil, segundo o autor, torna-se periférico nas relações coloniais durante o século XVI, até se converter em fonte de sobrevivência econômica de Portugal no século XVIII. Para ele, fica claro que a mudança de escala na análise do objeto faz com que os sentidos para os termos centro e periferia tornem-se outros, neste caso, o centro pode ser visto como metrópole e a periferia como colônia, por exemplo.

No início, a política centrada na metrópole limitava a organização e o desenvolvimento da colônia brasileira. Ainda segundo o mesmo autor (1998), eram modelados e estruturados órgãos administrativos semelhantes aos existentes em Portugal. A função da colônia limitava-se a ser fonte de matérias primas e impostos, sendo negadas invenções, protoindustrialização e iniciativas empresariais privadas, e também predominava um imperialismo cultural, que era contra a criação da universidade e da imprensa, que realizava exames no comércio de livros e na possibilidade de disseminação de ideias (RUSSEL-WOOD, 1998).

Segundo Russel-Wood (1998), os habitantes e suas terras eram vistos como degenerados devido a um discurso que os colocava de modo oposto ao sinônimo de civilidade e refinamento que os portugueses representavam para si. “[...] refletiam atitudes que percebiam a terra e suas populações como marginalizadas e situadas na periferia, ou mesmo além dela, fato então aceitável. Do ponto de vista do centro, existia uma gradação da população do Brasil e sua crescente alocação em círculos cada vez mais periféricos, na medida em que se desviava dos ideais metropolitanos” (RUSSEL-WOOD, 1998, p. 4). Esse fato, para o autor, contribuiu para que a Coroa negasse cargos e estatutos para pessoas nascidas no Brasil, bem como a ostentação de riquezas por parte dos colonos.

Dessa forma, para Russel-Wood (1998, p. 5), esses argumentos revelam a extensão na qual o centro dominava a periferia nas relações Portugal-Brasil e metrópole-colônia:

Esta dominação incluía os setores financeiros e comerciais, a administração e a formulação de políticas, a supressão de uma "voz" colonial através da estratégia de nomeações e concessões, do avanço limitado da carreira ou da ausência de mecanismos adequados para a "promoção" colonial. Uma forma de imperialismo cultural que controlava - ou melhor dizendo, negava - uma vida cultural livre na colônia (RUSSEL-WOOD, 1998, p. 5).

Foi somente no século XVIII que o número de brasileiros ocupando cargos públicos obteve seu crescimento podendo ser traduzido como um aumento de autonomia. Para o autor, isso foi possível devido à capacitação feita por parte dos moradores do Brasil em Coimbra, e também pela disponibilização da venda desses cargos, levando as elites regionais proprietárias de terras, os comerciantes e homens de negócios ao poder. Como resultado, obteve-se o fortalecimento das oligarquias e uma "crioulização" do governo que "modificavam as relações centro-periferia na medida em que favoreciam uma maior participação dos colonos no governo da colônia" (RUSSEL-WOOD, 1998, p. 7).

Foi nesse contexto, de acordo com Russel-Wood (1998), junto com as mudanças demográficas e as políticas pombalinas da época, que os colonos foram encorajados na promoção do Brasil. Assim, "foram capazes de exercer suficiente pressão sobre as autoridades metropolitanas no sentido de evitar ou modificar totalmente as políticas propostas, de atrasar a implementação de ações prescritas, ou de negociar um acordo menos ofensivo aos interesses coloniais" (RUSSEL-WOOD, 1998, p. 8). Torna-se evidente, como é visto pelo autor, que a influência política era algo muito importante dentro da colônia, capaz de sobrepor o poder dos administradores.

Ao final do século XVII e ao longo do XVIII, as comunidades mercantis do Brasil tiveram sua emergência. Segundo Russel-Wood (1998), isso levou à defesa de seus próprios interesses e desafiou a supremacia dos comerciantes metropolitanos: Salvador e Recife ainda possuíam maior importância, mas Rio de Janeiro foi se estabelecendo. Belém, São Luís e Santos também ganharam preeminência comercial. "A acumulação de capital no interior da colônia constituiu-se em fator crítico na preparação das fundações para um Brasil independente" (RUSSEL-WOOD, 1998, p. 9).

Quando as relações centro-periferia passam a ser vistas por meio da América portuguesa, as relações sociais internas saltam aos olhos. Descreve Russel-Wood (1998) que, pessoas de origem ou descendência europeia eram consideradas o centro da sociedade brasileira. Senhores de engenho e comerciantes, por sua vez, formavam grupos centrais para a organização de suas regiões e do Brasil. Também, por um período os empresários da mineração eram

responsáveis pelo bairrismo regional. Entretanto, eram os escravos que se faziam centrais no sistema econômico da colônia (RUSSEL-WOOD, 1998).

Nesta fase da história brasileira, a periferia era dada tanto pela distância ao seu centro quanto, por exemplo, pelas características topográficas do país, regiões eram desprezadas administrativamente e militarmente, quando não centrais à economia colonial (RUSSEL-WOOD, 1998). O mesmo autor alega que as periferias eram associadas ao uso do termo “sertão” em determinadas regiões, em uma ideia de desordem, desvirtuamento, barbaridade e instabilidade, visto as características geomorfológicas, climáticas e sociais presente no meio, e também faz a ressalva que “descrever como simples periferia é ignorar a multiplicidade de conotações que a palavra e a região evocam”, pluralidade que aqui já foi discutida.

Foi somente no final do século XVI e durante o século XVII que os portugueses começaram a chegar em regiões inacessíveis, seja devido à presença indígena, à distância em relação aos centros populacionais ou à ocupação holandesa da época (RUSSEL-WOOD, 1998). Esse acesso foi garantido por três grupos não centrais a sociedade metropolitana ou colonial: jesuítas e homens do clero em busca de almas; paulistas em busca de índios; e fazendeiros de gado em busca de pastagens (RUSSEL-WOOD, 1998).

Durante a busca por novas terras para colonização, de acordo com Russel-Wood (1998), vilas foram estabelecidas ao longo das rotas de gado do sertão, como Belém, em 1616, devendo ser tratada como um centro regional devido às vantagens particulares nos relacionamentos que proporcionava. Para o mesmo autor, Belém encontrava-se em posição estratégica, devido as correntes e dos ventos do Atlântico, entre Lisboa e a costa brasileira e da Amazônia. “Era o porto de exportação do norte do Brasil, cobrindo uma região tão distante quanto o médio e o alto Amazonas, e era o principal porto receptor das importações vindas de Portugal, sendo ali repassadas a outros navios” (RUSSEL-WOOD, 1998, p. 13).

Ao mesmo tempo, por razões econômicas e estratégicas, segundo o autor, inicia-se o povoamento das partes meridionais do Brasil e o estabelecimento da presença portuguesa no rio da Prata. “Na década de 1650 existiam povoamentos em Curitiba, Paranaguá (vila, cerca de 1646-1649) e São Francisco do Sul. Desses povoados, apenas Curitiba não se situava no litoral, e nenhuma daquelas vilas merecia a definição de núcleo” (RUSSEL-WOOD, 1998, p. 13).

Com isso, nota-se que a noção de centro-periferia, tomada na perspectiva das relações coloniais, já definia o papel também periférico atribuído às vilas de Belém e Curitiba, numa relação de dependência acentuada com o centro.

Essa pode ser uma das primeiras aproximações entre ambas, a posição periférica em face do sistema colonial, vilas periféricas **no** Brasil, em face do contexto também periférico **do** Brasil. Dessa forma, fica claro a importância da retomada histórica para a compreensão do que é hoje a metrópole, visto as especificidades que ora as distanciam e ora convergem para significativas desigualdades da ocupação da terra, que serão tratadas nos tópicos a seguir.

### 3 O PROCESSO DE PERIFERIZAÇÃO EM CURITIBA

Em Curitiba o processo de planejamento foi um grande aliado da produção de periferias. De acordo com Ritter (2011), essa ação foi motivada por uma busca por salubridade, elitização e como forma de evolução “civilizatória”, durante o fim do século XIX e início do século XX, e expulsou a massa proletária do centro para as franjas da cidade a partir de um discurso discriminatório: “Não existiria, portanto, lugar para os vagabundos, pedintes, maltrapilhos, biscateiros, entre outros tantos pejorativos usados para qualificar os pobres da cidade” (RITTER, 2011, p. 70). Dessa forma, fica claro a política de invisibilização presente, desde muito cedo, na história de Curitiba.

Outro marco significativo do processo de periferização, segundo Ritter (2011), refere-se aos fluxos populacionais, que eram impulsionados durante a metade do século XX a partir de uma desruralização compulsória. Na mesma época, Curitiba se industrializava, tornando um polo de atração desse contingente populacional, que tinha por destino o bairro Rebouças, que mais se aproximava da situação de bairro operário (RITTER, 2011).

Isso acontece, como destacado por Firkowski (2009), devido a presença do terminal ferroviário no local, principal meio de transporte na época, e a matéria-prima como determinante na localização industrial. Com a elaboração e implementação de certas medidas do Plano Agache<sup>1</sup> em 1943, o bairro foi determinado como área industrial, acarretando o deslocamento das residências dos operários do local, contribuindo com a periferização (RITTER, 2011). Ainda hoje, resquícios desse período podem ser observados no local.

Mais recentemente, como é afirmado por Ritter (2011), utiliza-se do planejamento urbano e do *city marketing* para invisibilizar a periferia, construindo uma ideologia denominada outras vezes de cidade-modelo, cidade-ecológica e cidade de primeiro mundo. Essa política de

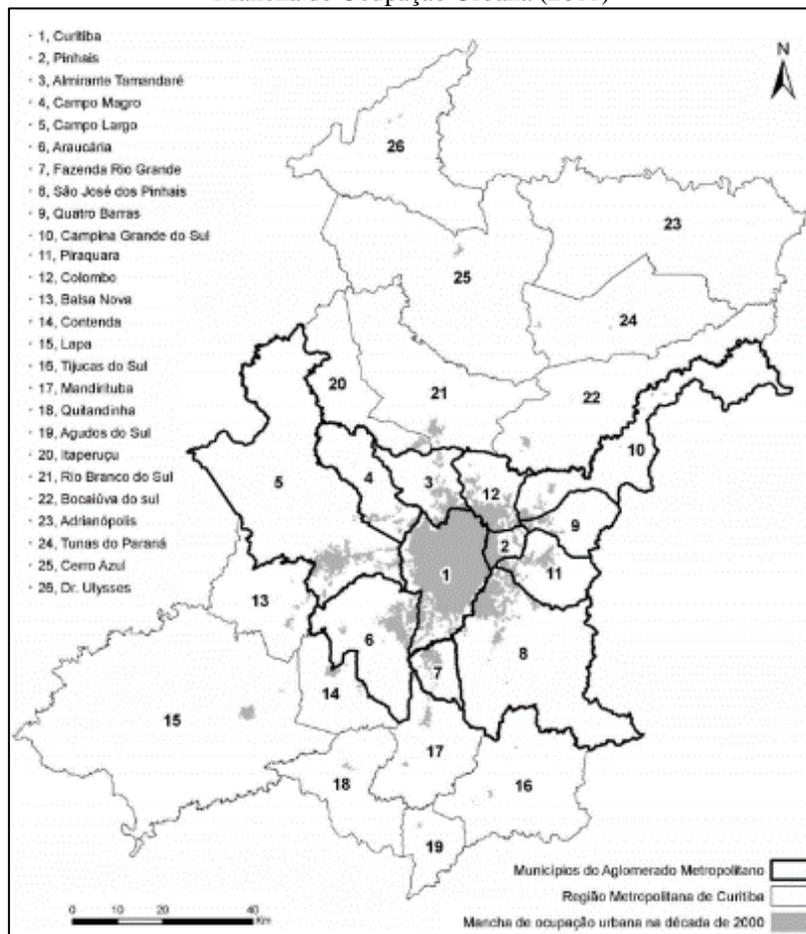
---

<sup>1</sup> Plano Diretor de Urbanização de Curitiba elaborado por Alfred Agache, que privilegiava a definição de centros funcionais (FIRKOWSKI, 2009).

promoção da cidade, corrobora para a expulsão dos pobres em área de valorização do solo urbano e reverbera na atração de novos pobres em busca de emprego e de melhores condições de vida, que se instalam em periferias (RITTER, 2011). Percebe-se, dessa forma, a retomada de políticas discriminatórias, que mesmo em um discurso mais brando, contribuem ainda para a invisibilização do pobre curitibano.

Dessa forma, a figura 1 mostra a mancha urbana ainda na década de 2000, representando o espraiamento fruto da dinâmica descrita anteriormente. Chama-se a atenção para a determinação de um aglomerado metropolitano na Região Metropolitana de Curitiba, consequência do descompasso entre a determinação institucional e as relações definidoras da natureza metropolitana. O Aglomerado Metropolitano, portanto, de acordo com Firkowski (2009, p. 160), “abrangeria o espaço efetivamente pleno de relações metropolitanas que, em Curitiba, se limitaria a menos da metade dos municípios componentes da atual Região Metropolitana”.

**Figura 1** - Região Metropolitana de Curitiba, Municípios do Aglomerado Metropolitano de Curitiba e Mancha de Ocupação Urbana (2011)



Fonte: Silva (2012, p. 29).

#### 4 O MODO DE VIDA RIBEIRINHO E A PRODUÇÃO DAS PERIFÉRIAS EM BELÉM

O processo de criação de Belém deve-se a uma decisão geopolítica, devido a localização estratégica da cidade, como supracitado. Com a Amazônia sendo tomada como uma fronteira de expansão de capital a partir de 1950, de acordo com Cardoso, Fernandes e Lima (2018) a região de Belém configurou-se como periferia brasileira até por volta da década 1980, quando foi integrada por meio da construção de rodovias e de grandes projetos. Os autores ainda afirmam que foi através do entendimento da cidade extrativista e do processo de incorporação da região, que foi possível compreender o papel dessa metrópole, visto a inexistência de um processo clássico de industrialização.

O processo de ocupação da capital paraense, de acordo com Costa e Brito (2014), iniciou na costa litorânea, adentrando o território em meio a áreas de igapó, várzea e de terra firme, áreas alagáveis denominadas também como áreas de baixada, dentro da Primeira Léguas patrimonial<sup>2</sup>. De acordo com Lima *et al.* (2015), as áreas alagáveis correspondem a cotas altimétricas abaixo de 4 metros, que chegam a atingir no máximo 10 metros acima do mar. Cardoso, Fernandes e Lima (2018) afirmam que a ocupação dessas áreas por trabalhadores, foi favorecida devido a implantação, no início do século XX, de um plano de ocupação voltado somente as terras altas. “Esse fato por um lado indica que existe forte desigualdade dentro da Primeira Léguas, grosso modo composta por áreas altas onde as elites se estabeleceram e as baixadas ocupadas informalmente pelos grupos sociais excluídos” (CARDOSO, FERNANDES E LIMA, 2018, p. 33). Dessa forma, de acordo com Costa e Brito (2014, p. 17)

Com o gradual processo de crescimento da cidade e conseqüente adensamento populacional, os terrenos localizados nas cotas baixas passaram a ser ocupados por pessoas pobres. Entre os diversos motivos que justificam a ocupação desses terrenos destaca-se a proximidade que as mesmas apresentam com relação aos centros de oferta de emprego e serviços urbanos, propiciando facilidades de locomoção e redução de custos com transporte (COSTA, BRITO, 2014, p. 17).

A existência de um cinturão institucional formado por terras públicas, no limite da Primeira Léguas, comprometeu a expansão da cidade e contribuiu para seu adensamento (COSTA, BRITO, 2014). A formação da periferia distante só foi possível após a superação dessa barreira e

---

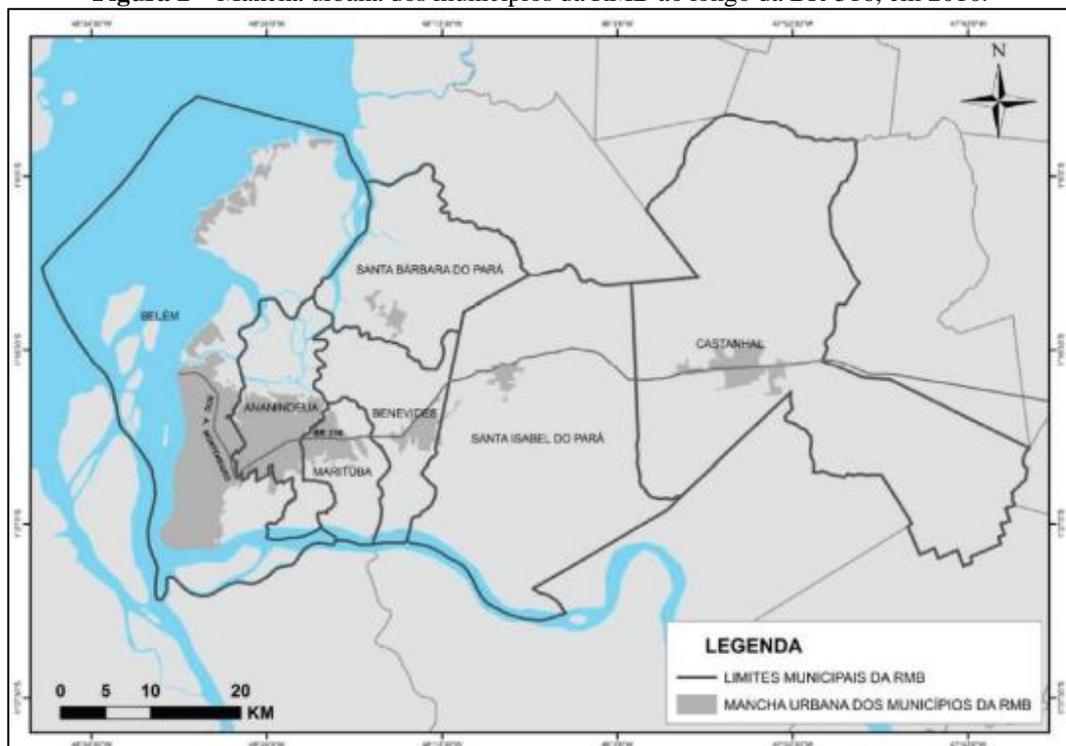
<sup>2</sup> Porção de terra doada pela Coroa Portuguesa. “Demarcação foi feita a partir do núcleo inicial de fundação da cidade e se estendeu até o arco formado pelas Avenidas Doutor Freitas e Perimetral, tendo sido fixado o marco demarcatório desse limite na confluência da Avenida Dr. Freitas com a Almirante Barroso (originando o atual bairro do Marco)” (COSTA, BRITO, 2014, p. 16).

o adensamento em direção à Segunda Légua patrimonial de Belém e à Ananindeua, município vizinho (CARDOSO, FERNANDES E LIMA, 2018).

Contudo, o que é visto e destacado também por Costa e Brito (2014), é a política estatal de afastar a população de baixa renda do centro da cidade, a partir da segunda metade do século XX, tendo em vista as melhorias de infraestruturas e planejamento. Foi a partir das transformações ocorridas, em um cenário de expansão, que os setores da produção imobiliária e da construção civil contribuíram para a intensificação da metropolização nas formas “do adensamento das áreas de melhor infraestrutura, seja por meio da verticalização, e do espraiamento das manchas urbanas, seja pelo parcelamento de glebas e áreas ainda não conectadas ao tecido urbano metropolitano, que assumem a condição de novas periferias” (CARDOSO, FERNANDES, LIMA, 2018, p. 36).

Assim, a figura 2 representa as manchas urbanas por toda a Região Metropolitana de Belém ao longo da BR-316. A figura 3, de mesma maneira, representa a mancha urbana em maior detalhe aos municípios de Belém e Ananindeua, com a delimitação dos bairros em 1994 e 2006 para as respectivas cidades, novamente chama-se atenção para a BR-316 que conduz o espraiamento, identificado por Lima *et al.* (2015), como único eixo estruturante da região.

**Figura 2** – Mancha urbana dos municípios da RMB ao longo da BR-316, em 2010.



Fonte: Lima *et al.* (2015, p. 160).

**Figura 3** – Mancha urbana entre Belém e Ananindeua ao longo da BR-316, demarcação de bairros em 1994 (Belém) e 2006 (Ananindeua).



**Fonte:** Lima *et al.* (2015, p. 161), modificado pelos autores.

Sendo assim, visto o padrão de ocupação descrito, obtém-se como resultado uma justaposição de áreas ocupadas por pobres e por ricos dentro da Primeira Léguas, uma maior proximidade ao acesso às áreas dotadas de infraestrutura, levantando o questionamento acerca da relação entre esse padrão e maiores possibilidades de acesso dos pobres aos equipamentos urbanos, por exemplo, resultando talvez, em um maior direito à cidade do que o que pode ser visto em Curitiba.

## 5 O AGLOMERADO SUBNORMAL COMO APROXIMAÇÃO AO ENTENDIMENTO DAS PERIFERIAS

Para fins de comparação, descrição do morador e da tipologia urbana das periferias estudadas, referente a Belém e Curitiba, a caracterização utilizada pelo IBGE denominada como

Aglomerado Subnormal torna-se uma alternativa possível. Segundo IBGE (2013, p. 18), Aglomerado Subnormal (favelas e similares) é definido como:

É um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa. A identificação dos aglomerados subnormais é feita com base nos seguintes critérios:

- a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e
- b) Possuir pelo menos uma das seguintes características:
  - urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou
  - precariedade de serviços públicos essenciais, tais quais energia elétrica, coleta de lixo e redes de água e esgoto.

Os aglomerados subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: invasão, loteamento irregular ou clandestino, e áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente (IBGE, 2013, p. 18).

Sendo assim, o Quadro 1 mostra, dentro do universo dos Aglomerados Subnormais do Censo 2010, dados gerais e de renda que permitem a comparação entre as metrópoles estudadas, contudo, tomadas a partir dos municípios polos.

**Quadro 1 – Belém e Curitiba: informações gerais e análise de renda, 2010**

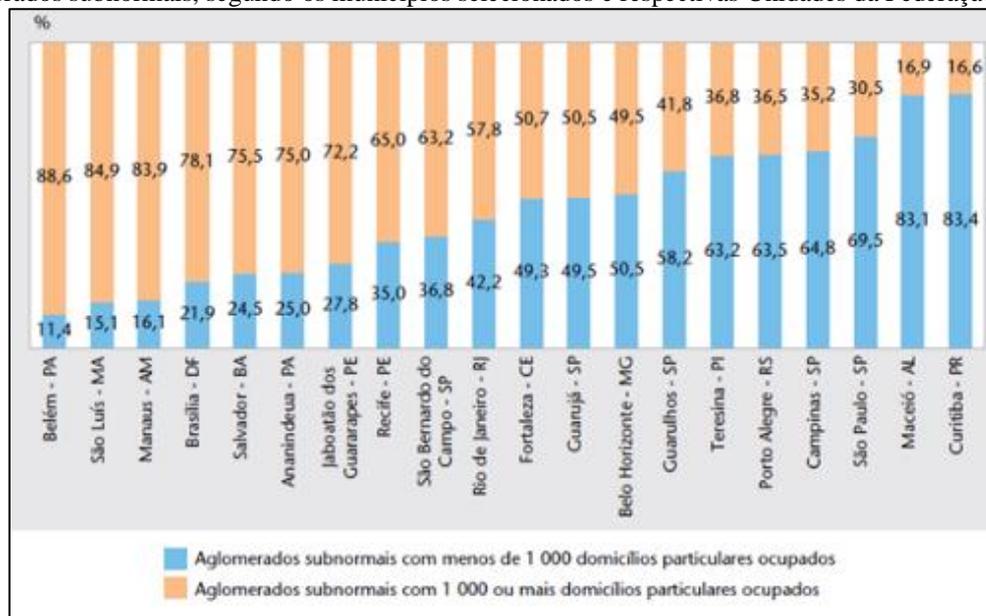
<b>UNIVERSO – AGLOMERADOS SUBNORMAIS (2010)</b>		
<b>INFORMAÇÕES GERAIS</b>	<b>Belém (unid.)</b>	<b>Curitiba (unid.)</b>
Número de Aglomerados Subnormais	101	126
<b>VALOR DO RENDIMENTO NOMINAL MEDIANO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE EM DOMICÍLIOS PARTICULARES OCUPADOS</b>	<b>Belém (R\$)</b>	<b>Curitiba (R\$)</b>
Domicílios particulares ocupados	500,00	700,00
Aglomerados subnormais	300,00	510,00
Domicílios particulares ocupados com rendimento	600,00	1.030,00
Aglomerados subnormais	510,00	700,00

**Fonte:** Censo demográfico - IBGE (2010). Org. dos autores.

O município de Belém, possui 101 aglomerados subnormais, 25 a menos em relação a Curitiba. Deve-se levar em consideração que essa informação é dada por unidade de aglomerado,

desconsiderando sua extensão. Entretanto, quando esses dados são associados a distribuição percentual de domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, por classes de tamanho dos aglomerados subnormais, revela-se que 88,6% de Belém possui 1.000 ou mais domicílios particulares ocupados, enquanto que Curitiba aparece no outro extremo dos 20 municípios selecionados com a maior quantidade de domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, com 83,4% de aglomerados subnormais com menos de 1.000 domicílios particulares ocupados, isso pode ser visto na Figura 4.

**Figura 4** - Percentual de domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, por classes de tamanho dos aglomerados subnormais, segundo os municípios selecionados e respectivas Unidades da Federação (2010).



Fonte: IBGE (2011, p. 32).

Portanto, nota-se uma diferença fundamental: Curitiba possui maior número absoluto de aglomerados subnormais, que são, contudo, de menor dimensão sendo 16,6% deles com menos de 1000 domicílios particulares ocupado, já em Belém a realidade é oposta, ou seja, apenas 11,4% dos aglomerados subnormais tem dimensão inferior a 1000 domicílios particulares ocupado. Aí reside uma primeira diferença fundamental em termos de conteúdo atribuído ao termo periferia em ambas as metrópoles: a dimensão espacial dos mesmos. Enquanto em Curitiba eles são de menor dimensão e menos visíveis no espaço urbano, em Belém são muito maiores com grande visibilidade e área ocupada.

Com relação ao rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade em domicílios particulares ocupados, destacado ainda no quadro 1, percebe-se nas duas

cidades que, em aglomerados subnormais o valor é aproximadamente R\$ 200,00 menor em relação as outras áreas da cidade. Em domicílios particulares ocupados com rendimento em aglomerados subnormais, no caso de Belém, o valor diferencia-se em R\$ 90,00, e em Curitiba chega a R\$ 330,00. É comum, em todos casos, o valor nominal auferido ser superior na metrópole paranaense.

Assim, uma segunda conclusão é a de que o valor do rendimento nominal mediano das pessoas em Curitiba é significativamente superior àquele auferido em Belém, resultando, portanto, numa situação de maior empobrecimento dos moradores dessas áreas periféricas em Belém.

Entende-se como domicílio, de acordo com IBGE (2013, p. 18), como “o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal [...]”. Ainda, como foi visto, o conceito pode ser aprofundado como domicílio particular, e também subdivido em duas classes, sendo definido pelo IBGE (2013, p. 19) como:

**Domicílio particular:**

Espécie de domicílio em que o relacionamento entre seus ocupantes era ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência.

Entendeu-se como dependência doméstica a situação de subordinação dos empregados domésticos e agregados em relação à pessoa responsável pelo domicílio e por normas de convivência as regras estabelecidas para convivência de pessoas que residiam no mesmo domicílio e não estavam ligadas por laços de parentesco nem de dependência doméstica.

**Domicílio particular permanente**

Tipo de domicílio particular construído para servir, exclusivamente, à habitação e que na data de referência tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas.

**Domicílio particular ocupado**

É o domicílio particular permanente que, na data de referência do Censo Demográfico, estava ocupado por moradores e no qual foi realizada a entrevista (IBGE, 2013, p.19).

Dessa forma, pode-se concluir que, em relação a população residente em aglomerados subnormais, Belém e Curitiba se distanciam em suas características. A primeira metrópole apresenta aproximadamente 54% dos habitantes vivendo nessas unidades habitacionais, enquanto que na segunda, pouco ultrapassa 9%. Os números absolutos são expressos no Quadro.

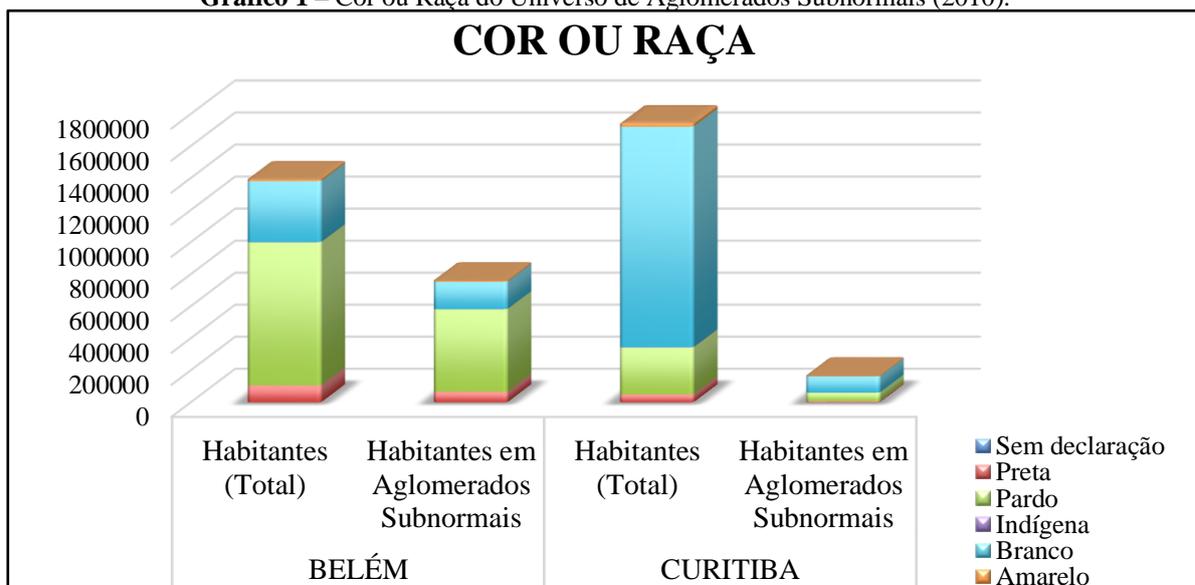
**Quadro 2 – Belém e Curitiba: População residente (2010).**

POPULAÇÃO RESIDENTE	Belém (hab.)	Curitiba (hab.)
Em domicílios particulares ocupados	1.392.332	1.744.807
Em aglomerados subnormais	758.524	162.679

**Fonte:** Censo demográfico - IBGE (2010). Org. dos autores.

Quando o lugar de moradia é associado à cor ou raça autodeclarada, percebe-se a predominância de pardos na população total de Belém, em 64,20%, ao limitar o recorte aos aglomerados subnormais, o valor aumenta para 67,96%. Em Curitiba, dos 16,78% de pardos residentes no município, 32,22% estão em aglomerados subnormais, entretanto a cor ou raça que ganha destaque é a branca, que alcança quase que 80% quando considerado o total, e 62,24% quando considerados apenas em aglomerados subnormais. Em Belém, brancos totalizam 27,26%, mas no recorte estudado o número decaí para 22,48%. Quando considerado a cor ou raça preta, Belém concentra maior população em relação a Curitiba, tanto no total quanto em aglomerados principais. Ademais, amarelos, indígenas e não declarados não somam 1% cada um. O Gráfico 1 torna-se meio para visualização da dimensão do que foi descrito.

**Gráfico 1 – Cor ou Raça do Universo de Aglomerados Subnormais (2010).**

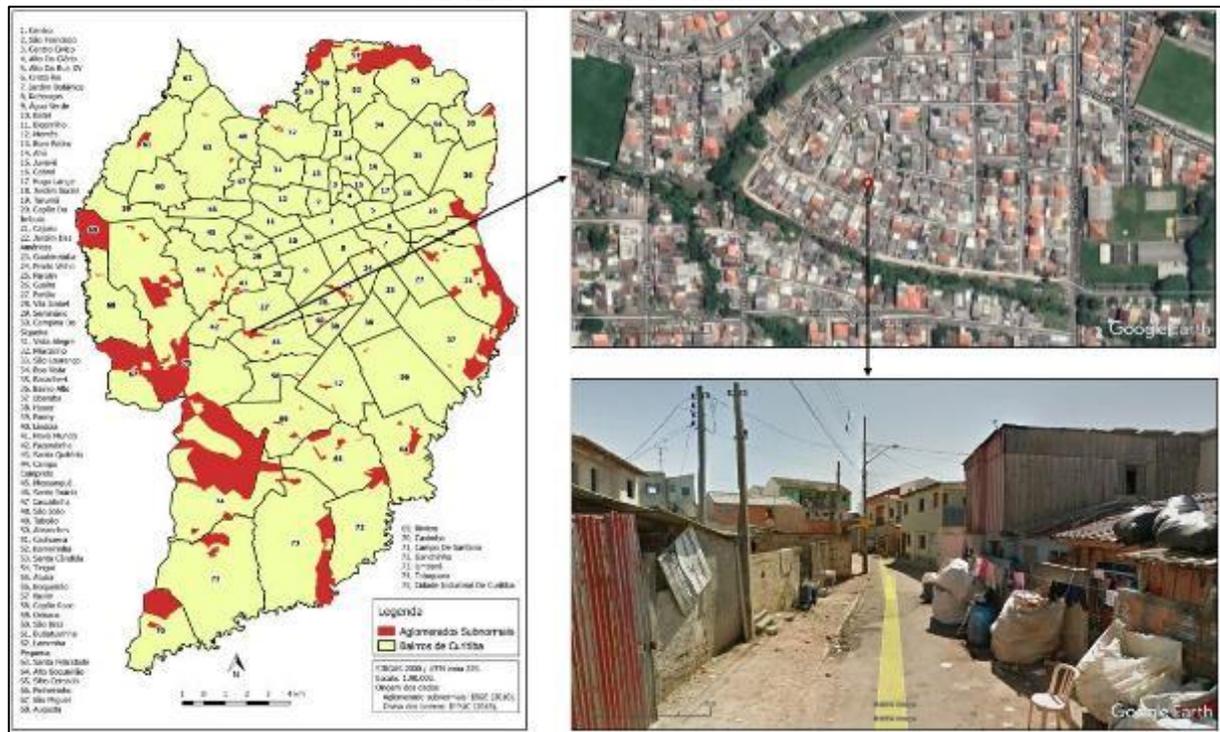


A partir da informação de raça ou cor, conclui-se que o morador da periferia em Curitiba é predominantemente branco enquanto o de Belém pardo, revelando, também uma constituição distinta em termos de perfil e aparência dos moradores em ambas.

Em relação à tipologia, Curitiba, de acordo com IBGE (2013), assim como no restante da região Sul, Norte e Centro-Oeste, apresenta em mais de 80%, o predomínio de domicílios em aglomerados subnormais com espaçamento médio entre si e com verticalização de um pavimento. Quando relacionado a sua acessibilidade, ainda segundo o IBGE, 69% do que é visto na Região

Metropolitana de Curitiba, são ruas que permitem a circulação de carros e caminhões. A figura 5 especializa os aglomerados subnormais sob o território curitibano.

**Figura 5** – Aglomerados Subnormais de Curitiba (2010) e visualização do aglomerado Subnormal no bairro Novo Mundo.



**Fonte do mapa:** Os autores (org.)

**Fonte das imagens:** *Google Earth Pro* (22/06/19), organizado pelos autores.

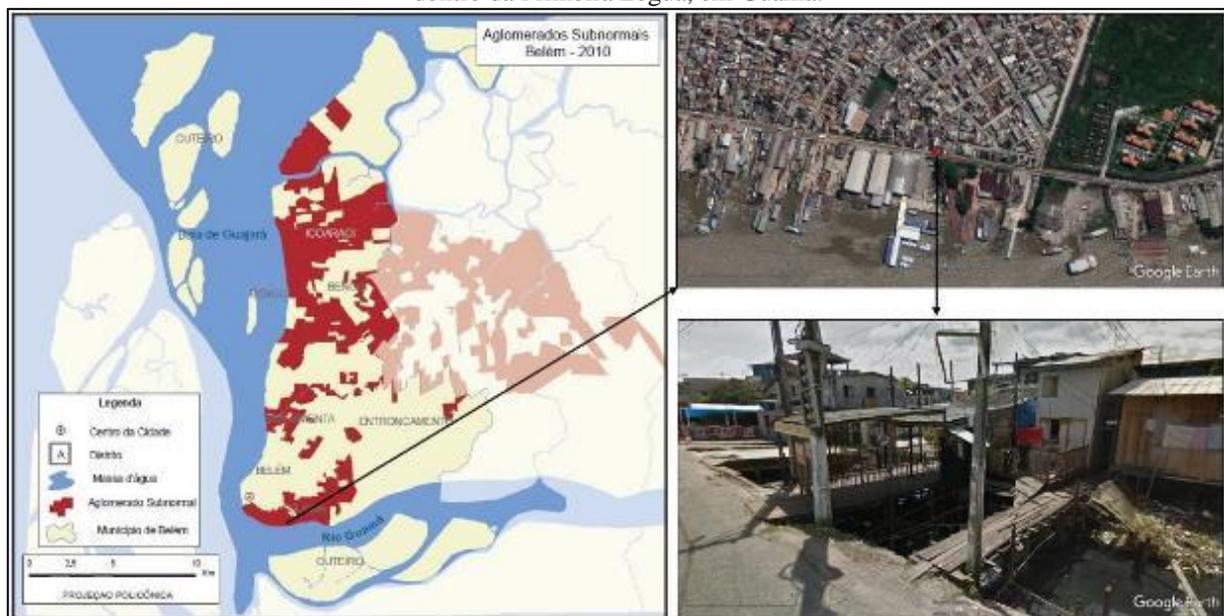
Coordenada UTM da visualização: 22J, 670169.53m E; 7180260.26m S.

Em Belém, para IBGE (2013), de forma predominante, existem aglomerados subnormais cuja área é caracterizada como de grande extensão, como pode ser visto na Figura 6, com adensamento no padrão de construção, sem espaçamento entre si. Mais de 80% dos aglomerados subnormais da RMB, encontram-se em setores censitários planos e, 90% do total dos domicílios, possuem construções de um pavimento, com vias que permitem a circulação tanto de carros e caminhões (IBGE, 2013), semelhante a Curitiba neste caso.

Percebe-se a partir dos cartogramas apresentados nas figuras 5 e 6, no caso de Curitiba, a majoritária concentração de aglomerados subnormais nas bordas do município, enquanto que em Belém, distribuem-se por toda a área municipal. Isso reforça a influência do padrão de ocupação do território de ambas metrópoles. Ademais, é necessário realizar uma advertência com relação a escala dos cartogramas apresentados, para evitar interpretações equivocadas. O município de

Belém, de acordo com sua Prefeitura Municipal (2019), possui uma área de 1.059,46 km<sup>2</sup>, aproximadamente 2,5 vezes maior que a de Curitiba que, como afirma sua Prefeitura (2019), equivale a 434,967 km<sup>2</sup>. As imagens dos aglomerados subnormais, buscam exemplificar a diferença entre eles, discutidas no presente trabalho, chama-se atenção na figura 6, as palafitas belenenses em meio a área consolidada.

**Figura 6** – Aglomerados Subnormais de Belém (2010) e visualização de aglomerado subnormal dentro da Primeira Léguas, em Guama.



**Fonte do mapa:** IBGE (2011, p. 36).

**Fonte das imagens:** *Google Earth Pro* (22/06/19), organizado pelos autores.  
Coordenada UTM da visualização: 22M, 779498.71m E; 9836593.18m S.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, nota-se que não é suficiente tratar da periferia, mas seu tratamento analítico deve, necessariamente, considerar: suas diversas formas de manifestação, as diferentes dimensões a que o termo pode ser aplicado, sua complexidade que leva ao uso do plural como qualificativo e, em especial, seu conteúdo. Este último está diretamente relacionado à discussão da metrópole. Os achados preliminares da pesquisa evidenciam que a periferia em Belém possui conteúdos muito diversos daquele da periferia em Curitiba.

Na primeira a forma de ocupação do território, por meio das áreas de baixada, resultou numa proximidade entre pobres e ricos, entre áreas dotadas de infraestrutura e outras com sua ausência, revelando uma mescla de classes e espaços. Na segunda, não foi a natureza, como em

Belém, mas a ação do homem por meio do planejamento, que teve o maior impacto na seletividade de áreas periféricas e centrais, promovendo a expulsão gradativa das populações de mais baixa renda, não apenas para as bordas do município de Curitiba, como principalmente, para os municípios da região metropolitana.

Resultado da comparação entre Belém e Curitiba, alguns aspectos merecem destaque:

- Mais da metade dos habitantes de Belém vivem em periferias, enquanto que em Curitiba, essa proporção não alcança 10% da população.
- Em Curitiba, os aglomerados subnormais são de menor dimensão e menos visíveis no espaço urbano, enquanto que em Belém são muito maiores, com grande visibilidade e área ocupada.
- O valor do rendimento nominal mediano das pessoas em Curitiba é significativamente superior em relação ao auferido em Belém, revelando uma maior vulnerabilidade financeira.
- Quando considerada apenas a metrópole, o morador da periferia em Curitiba é predominantemente branco enquanto o de Belém é pardo.
- Em Curitiba, os aglomerados subnormais possuem um espaçamento de tamanho médio entre si, com verticalização de um pavimento. É comum a RMC a presença de ruas que permitem a circulação de carros e caminhões, assim como em Belém, que diverge no padrão de construção, adensado, sem espaçamento entre si, com construções de um pavimento.

Com isso, a essência mesmo da metrópole se altera entre ambas, tendo em vista seus respectivos processos geradores. Esse trabalho não se encerra aqui, mas prossegue, inserindo novas perspectivas de análise, resultantes dessas primeiras constatações, por exemplo, deve se desdobrar para a compreensão da dimensão das atividades econômicas em ambas, em especial no que diz respeito ao peso da economia informal em Belém, como estratégia de vida das populações que vivem nessas periferias.

## 7 REFERÊNCIAS

BELÉM, Prefeitura Municipal de; **Dados sobre o município:** anuário estatístico de Belém. Disponível em: <[http://www.belem.pa.gov.br/transparencia/?page\\_id=1360](http://www.belem.pa.gov.br/transparencia/?page_id=1360)>, acesso: 17 jun. 2019.

CARDOSO, A. C. D. FERNANDES, D. A. LIMA, J. J. F. Belém: quatro décadas da região metropolitana de Belém, uma variante do processo de metropolização brasileiro. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. RIBEIRO, Marcelo Gomes (Org.) **Metrópoles brasileiras:** síntese da transformação na ordem urbana 1980 a 2010. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, p. 23-46.

COSTA, L. M. G. BRITO, L. S. A. (Re) Ordenamento Territorial Urbano e Segregação Socioespacial em Belém. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**. Belém, v. 01, n. 1, jan./jun. 2014, p. 13-30. DOI 10.17553/2359-0831/ihgp.n1v1p13-30.



CURITIBA, Prefeitura Municipal de; **Perfil da Cidade de Curitiba**. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/perfil-da-cidade-de-curitiba/174>>, acesso: 17 jun. 2019.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. Localização Industrial e Extensão Urbana em Curitiba. In: MOURA, Rosa. FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas (Org.) **Dinâmicas Intrametropolitanas e Reprodução do Espaço na Região Metropolitana de Curitiba**. 1. Ed. Curitiba: Letra Capital, 2009, p. 157-173.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Aglomerados subnormais**: primeiros resultados - *shapefile* limites. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=downloads>>, acesso: 17 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**: Universo – Aglomerados subnormais. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belem/pesquisa/23/25359?detalhes=true&localidade1=410690>>, acesso: 06 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010 Aglomerados subnormais Primeiros resultados**. Rio de Janeiro, 2011. 259p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010 Aglomerados subnormais Informações territoriais**. Rio de Janeiro, 2013. 251p.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). **Dados geográficos**: divisa de bairros – (agosto/2018). Disponível em: <<http://ippuc.org.br/geodownloads/geo.htm>>, acesso: 17 jun. 2019.

KOWARICK, L. **Escritos urbanos**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2000, 144p.

LIMA, J. J. F. SANTOS, R. B. SENA, L. F. A. ARAÚJO, C. L. C. Estrutura Social da Região Metropolitana de Belém. In: CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. LIMA, José Júlio Ferreira Lima (Org.) **Belém**: Transformações na Ordem Urbana. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 145-172.

RITTER, C. **Os processos de periferização, desperiferização e reperiferização e as transformações socioespaciais no aglomerado metropolitano de Curitiba**. 2011. 298 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 187-250, 1998. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881998000200010&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010&lng=pt&tlng=pt)>, acesso: 11 fev. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000200010>.

SILVA, M. N. **A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização de Curitiba**, 2012. 259 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SPOSITO, M. E. B. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades intermediárias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas**, [SI], n. 54, p. 114-139, 2012. ISSN 2448-7279. Disponível em: <<http://www.investigacionesgeograficas.unam.mx/index.php/rig/article/view/30185>>, acesso: 01 jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.14350/rig.30185>.

SPOSITO, M. E. B. Oportunidades e Desafios da Pesquisa Urbana Comparada. In: FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas *et al.* (Org.). **Estudos urbanos comparados**: oportunidades e desafios da pesquisa na América Latina. 1ª Ed. San Miguel de Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 2016, p. 123-150.